

QGI BRASIL S.A.
CNPJ: 18.321.973/0001-98



	Nota	2019	2018
Ativo		172.948	240.455
Circulante:		13.668	64.916
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.146	5.023
Contas a receber	5	4.493	48.983
Impostos a recuperar	6	7.841	10.583
Adiantamentos a fornecedores	7	158	327
Despesa Antecipada		30	-
Não circulante:		158.830	172.910
Depósitos judiciais		1.554	1.158
Partes relacionadas	8	157.276	171.752
Imobilizado	9	270	1.926
Intangível	10	180	703
		450	2.629
Passivo		172.948	240.455
Circulante:		32.631	101.835
Fornecedores	11	5.173	8.077
Tributos a recolher		841	895
Dividendos a pagar		524	483
Adiantamentos de clientes	12	22.020	87.511
Obrigações com pessoal		4.008	4.804
Outras obrigações		65	65
Não circulante:		3.369	2.497
Fornecedores	11	3.369	2.497
Patrimônio líquido:		136.948	136.123
Capital social	13	126.437	126.437
Reserva legal		551	508
Reserva estatutária		9.960	9.178

	Nota	2019	2018
Receita de venda	14	89.312	114.341
Custo de venda	14	(74.095)	(77.541)
Lucro bruto		15.217	36.800
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas	15	(10.477)	(32.170)
Depreciação e amortização		(2.508)	(1.578)
Despesas tributárias		(912)	(1.117)
Outros resultados operacionais	17	(516)	(742)
		(14.413)	(35.607)
Resultado antes do resultado financeiro		804	1.193
Receita financeira	16	297	1.284
Despesa financeira	16	(75)	(29)
Resultado financeiro, líquido		222	1.255
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		1.026	2.448
Imposto de renda		(110)	(522)
Contribuição social sobre o lucro líquido		(49)	(202)
Lucro líquido do exercício		867	1.724
Lucro líquido por ação		0,01	0,01

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2017		126.437	347	6.268	-	133.052
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.427	1.427
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	71	-	(71)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	(68)	(68)
Reserva estatutária	13	-	-	1.288	(1.288)	-
Saldos em 31/12/2017		126.437	418	7.556	-	134.411
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.797	1.797
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	90	-	(90)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	(85)	(85)
Reserva estatutária	13	-	-	1.622	(1.622)	-
Saldos em 31/12/2018		126.437	508	9.178	-	136.123
Lucro líquido do exercício		-	-	-	867	867
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	43	-	(43)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	(42)	(42)
Reserva estatutária	13	-	-	782	(782)	-
Saldos em 31/12/2019		126.437	551	9.960	-	136.948

	2019	2018
Lucro do exercício	867	1.724
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	867	1.724

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício			867
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2.507	1.578
		3.374	3.375
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Redução (Aumento) de contas a receber	5	44.490	(45.119)
Aumento (Redução) dos impostos a recuperar	6	2.742	(2.879)
Redução dos adiantamentos a fornecedores	7	169	1.483
Aumento de despesas antecipadas-não circulante (Aumento) dos depósitos judiciais		(30)	-
Redução dos fornecedores-circulante e não circulante	11	(396)	(1.098)
Aumento (Redução) dos tributos a recolher		(54)	(371)
Aumento (Redução) de adiantamento de clientes	12	(65.491)	24.718
Redução de obrigações com pessoal		(796)	(987)
Aumento de outras obrigações		-	16
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		(18.024)	(38.055)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	9	-	(11)
Valor residual do imobilizado baixado	9	5	4
Aquisição de intangível	10	(334)	(935)
Caixa líquido proveniente de atividades investimentos		(329)	(942)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de transações com partes relacionadas	8	14.476	34.720
Caixa líquido proveniente de atividades financiamento		14.476	34.720
Redução de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	5.023	9.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.146	5.023
Redução de caixa e equivalentes de caixa			
Custo de aplicação de materiais / equipamentos		(7.125)	(4.842)
Custo com serviços		(43.346)	(27.872)
		(74.095)	(77.541)
Lucro bruto		15.217	36.800

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31/12/2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: 1 - Contexto Operacional: A QGI BRASIL S.A. ("Companhia" ou "QGI") é uma Companhia estabelecida no Brasil, constituída com a finalidade de realizar a engenharia, aquisição de materiais, montagem e integração de módulos de plataformas para extração de petróleo e gás em águas profundas. A QGI BRASIL S.A., cujas atividades se iniciaram em junho de 2014, atuou nas etapas de engenharia sob encomenda e aquisição de materiais com seus fornecedores nacionais e estrangeiros para construção das plataformas "P-75/77", além de coordenar a inicialização dos processos no município de Rio Grande-RS (Brasil), tendo como seu cliente a QGI OIL & GAS CONTRACTORS INC. No ano de 2016, a Companhia recebeu e movimentou materiais em seu canteiro para início da obra de construção dos módulos. Em 2017, coordenou as atividades de construção e montagem dos módulos das plataformas "P-75/77". No ano de 2018, a Companhia finalizou a etapa de Construção e Montagem dos módulos, culminando com a exportação da P-75 para seu cliente e posteriormente iniciando a fase de Operação Assistida da FPSO. Além disso, em dezembro/18 ocorreu a chegada da P-77 na cidade de Rio Grande-RS, para o processo de conformidade legal, finalização de atividades operacionais e preparação para exportação em janeiro/2019. No ano de 2019, a empresa efetuou execução dos serviços de comissionamento das FPSOs com expectativa de finalização no segundo semestre de 2020.

2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 - Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2019, incluindo, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelos Administradores em 06/03/2020.

2.2 - Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação: A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real considerando o ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3 - Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa: Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Redução ao valor recuperável de ativos - (CPC 01): Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da provisão de perdas. A avaliação é feita através do teste de "impairment", que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos.

c. Reconhecimento de receitas: As receitas, custos e despesas foram contabilizados de acordo com o princípio da competência, seguindo também as regras das Normas e Práticas de Contabilidade ("NPC") nº. 17 do IBRACON, aplicáveis aos contratos de longo prazo e CPC 47 - Reconhecimento de Receitas em Contratos. Com base na referida norma, a Companhia calcula o percentual dos custos incorridos acumulados em comparação ao total dos custos orçados, e aplica este mesmo percentual ao total da receita contratada. O resultado apurado dá origem à receita a ser contabilizada no mesmo período. As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, despesas com juros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

d. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 21/79 da Secretaria da Receita Federal, aplicável a contratos de longo prazo, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Dentre as alternativas de reconhecimento da receita de vendas definidas na referida instrução, a Sociedade optou pelo método de custo incorrido. E. **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

f. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para férias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

g. Imobilizado: O imobilizado é apresentado por seus valores de custo e é depreciado pelo método linear, a taxas que refletem a expectativa de vida útil-econômica dos bens. (i) O ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; (iii). As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

h. Intangível: O Intangível está registrado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil-econômica dos bens.

i. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira, isto é todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerários disponíveis na Companhia, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras brasileiras e estrangeiras, em fundos com lastro total em títulos de renda fixa e em Certificados de Depósito Bancário (CDB). Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos em outros fins. Caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2019	2018
Outros valores a receber	620	591
Serviços executados a faturar	3.873	48.392
	4.493	48.983

	2019	2018
IRPJ saldo negativo	1.431	1.357
CSLL saldo negativo	262	248
Crédito PIS/COFINS	4.368	6.852
Crédito ICMS/IPI	1.768	1.375
ISS / INSS a compensar	11	260
Reintegra	-	490
	7.841	10.583

	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores/serviços	158	286
Adiantamentos a funcionários	-	427
	158	311

8 - Partes Relacionadas: Os mútuos da Companhia, demonstrados a seguir, ocorrem em função de sua necessidade de caixa ou da necessidade de caixa destas empresas ligadas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitos aos encargos financeiros. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. A composição do saldo de mútuos da Companhia está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Ativo		
IESA Óleo e Gás S.A.	28.349	28.157
Queiroz Galvão Naval S.A.	169	14.837
CQG Construções Offshore S.A.	128.758	128.758
	157.276	171.752

Encontra-se em curso ação movida por credora da IESA Óleo & Gás S.A., que, inobstante não envolva diretamente a QGI Brasil S.A., enseja a penhora de parte de suas ações. Recursos e manifestações cabíveis já foram adotados para reverter a decisão.

9 - Imobilizado: A evolução do ativo imobilizado está demonstrada conforme tabela abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação anual	2019		2018	
		31.12.18	Adições	Baixas	31.12.19
Equipamentos auxiliares	10%	100	-	-	100
Equipamento de processamento de dados	20%	1.392	-	(3)	1.389
Móveis e utensílios	10%	226	-	-	226
Benefiteiras		2.236	-	-	2.236
Equipamento de comunicação	10%	1	-	-	1
Equipamento auxiliar marítimo	10%	8	-	(8)	-
		3.963	-	(11)	3.952
(-) Depreciação acumulada		(2.037)	(1.644)	-	(3.681)
		1.926	(1.644)	(11)	271

Descrição	Taxa de amortização anual	2019		2018	
		31.12.18	Adições	Baixas	31.12.19
Direito de uso de software	20%	8.426	334	8.760	
(-) Amortização acumulada		(7.723)	(857)	(8580)	
		703	(523)	180	

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial, após são apresentados ao custo menos amortização acumulada. Os ativos intangíveis estão representados principalmente por softwares e licenças para sua utilização. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica.

11 - Fornecedores: Composta, principalmente, por obrigações com fornecedores e prestadores de serviço, conforme demonstrado a seguir:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores	310	-	1.157	-
Prestadores de serviço	1.478	3.369	1.231	2.497
Aluguéis a pagar	2.607	-	4.897	-
Outras contas a pagar	778	-	792	-
	5.173	3.369	8.077	2.497

12 - Adiantamentos de Clientes: No exercício de 2019 o montante de R\$42.747 foi transferido para o resultado ao longo do exercício, e, o saldo, acumulado no período, de R\$22.018, permaneceu na rubrica de adiantamento de clientes em 31/12/2019. Estes registros seguiram o critério de apuração da receita, descrito na nota 3c.

	2019	2018
Saldo do período anterior	87.511	62.793
Recebimentos	-	90.667
Transferência para receita	(42.747)	(92.183)
Reclassificação	(22.745)	26.234
	22.019	87.511

13 - Patrimônio Líquido: O capital social da QGI BRASIL S.A. está dividido em 126.437 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos e trinta e sete mil) ações ordinárias, com a seguinte distribuição:

Empresa	Nº de ações Ordinárias	Participação
QGI Oil & Gas Inc.	2.970	2,35%
Construtora Queiroz Galvão S.A.	98.774	78,12%
IESA Óleo e Gás S.A.	24.693	19,53%
	126.437	100,00%

13.1- Reserva de Lucros: a. Reserva legal: constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. b. Reserva estatutária: constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 10% do capital social integralizado.

13.2-Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. A distribuição dos lucros pode ser diferente do que foi descrito em seu estatuto social, se assim for determinado por unanimidade pela Assembleia Geral de seus acionistas.

14 - Receita Operacional:

	2019	2018
Receita de venda		
Receita com vendas	89.312	114.341
Custo de vendas		
Custo com pessoal	(23.624)	(44.827)

15 - Despesas Administrativas: Os gastos com despesas administrativas estão demonstrados, conforme tabela abaixo:

	2019	2018
Canteiros	2.122	15.084
Serviços contratados		